

# **MÓDULO XI**

## **CONTROLE**



# MANUAL SOBRE A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

TÍTULO	MÓDULO	
	XI	
CONTROLE	SEÇÃO	PÁGINA
	A	1/1

## XI – CONTROLE

### (ARTS. 9º, 48, 49, 52 A 59)

Os dispositivos da LRF estimulam o exercício do controle social, como complemento à atuação dos órgãos governamentais incumbidos das atividades de controle.

Para tanto, determinou ampla divulgação, inclusive por meios eletrônicos de acesso público, dos seguintes documentos:

- a) Planos;
- b) Orçamentos;
- c) Leis de Diretrizes Orçamentárias;
- d) Prestações de Contas e respectivo parecer prévio;
- e) Relatório Resumido de Execução Orçamentária;
- f) Relatório de Gestão Fiscal.

As instituições sociais e qualquer cidadão terão acesso às contas apresentadas pelo chefe do Poder Executivo que ficarão disponíveis, por todo o exercício, no Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração.

Até a data de envio do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias ao Legislativo, o Executivo deverá encaminhar àquele Poder relatório, que deverá ser amplamente divulgado, contendo informações que permitam verificar o cumprimento do disposto no art. 45 da LRF, que veda a inclusão de novos projetos, na LOA ou em créditos adicionais, enquanto não adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público.



# MANUAL SOBRE A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

TÍTULO	MÓDULO	
	XI	
CONTROLE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	SEÇÃO	PÁGINA
	B	1/1

## AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Como meio de incentivo à participação popular, previu-se, ainda, a realização de audiências públicas durante os processos de elaboração e de discussão dos planos, leis de diretrizes orçamentárias e orçamentos.

Deverão ocorrer, também, ao final dos meses de maio, setembro e fevereiro, audiências públicas na Casa Legislativa, no intuito de avaliar o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre.

### Decisão - TCDF nº 3966/2004

(...) III - reiterar àquela Secretaria que sejam promovidas as respectivas audiências públicas nos prazos previstos no § 4º do art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF, alertando-a para as sanções previstas no art. 182, incisos I e VII, do Regimento deste Tribunal de Contas, dando conhecimento desta determinação à Secretaria de Fazenda do Distrito Federal; IV - determinar às Secretarias de Fazenda e de Planejamento e Coordenação do Distrito Federal que, de forma conjunta, promovam as necessárias adequações regimentais, no intuito de definir de forma inequívoca a quem compete a realização das audiências públicas previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal;

### Decisão - TCDF nº 5894/2006

(...) III - determinar à Câmara Legislativa do Distrito Federal que viabilize a realização das audiências públicas solicitadas pelo Executivo, de forma a possibilitar o cumprimento dos prazos previstos no § 4º do art. 9º da LRF; IV - recomendar à Câmara Legislativa do Distrito Federal que estude a possibilidade de alteração do seu Regimento Interno, de forma a contemplar, nas atividades da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças – CEOF, a realização das audiências públicas a que se refere o item anterior;



# MANUAL SOBRE A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

TÍTULO	MÓDULO	
	XI	
CONTROLE TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL	SEÇÃO	PÁGINA
	C	1/1

## TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL

Constituem, ainda, meios de acompanhamento e controle da ação estatal:

- a) Relatório Resumido da Execução Orçamentária;
- b) Relatório de Gestão Fiscal;
- c) Prestação de Contas.

### Decisão - TCDF nº 3184/2001

(...) III. autorizar a divulgação de resumo dos documentos relacionados no artigo 48 da Lei Complementar federal nº 101, de 4/5/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), na homepage do Tribunal;

### Decisão - TCDF nº 4425/2001

(...) decidiu autorizar a divulgação, na página deste Tribunal na Internet, das seguintes informações pertinentes ao Governo do Distrito Federal, sobre as quais serão acrescentadas as observações "em exame pelo TCDF" ou "apreciada pelo Plenário", conforme o caso: - Informes de Controle Social; - Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária; - Relatórios de Gestão Fiscal do Poder Executivo, da Câmara Legislativa e do Tribunal de Contas; - Planos Plurianuais; - Leis de Diretrizes Orçamentárias; - Leis Orçamentárias Anuais.



# MANUAL SOBRE A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

TÍTULO	MÓDULO	
	XI	
CONTROLE TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	SEÇÃO	PÁGINA
	C-1	1/3

## RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A LRF apenas regulamenta o § 3º do art. 165 da Constituição, que exige sua publicação, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre.

No âmbito local, a Lei Orgânica do Distrito Federal, em seu art. 153, ao tratar do assunto, manteve o prazo constitucional de publicação e determinou seu conteúdo.

Cotejando esses normativos legais, conclui-se que, a partir da vigência da LRF, esse Relatório deverá conter:

- a) receitas, despesas e a evolução da dívida pública da administração direta e indireta em seus valores mensais;
- b) balanço orçamentário, que especificará, por categoria econômica:
  - receitas por fonte, informando as realizadas e a realizar, bem como a previsão atualizada;
  - despesas por grupo de natureza, discriminando a dotação para o exercício, a despesa liquidada e o saldo;
- c) demonstrativos da execução das:
  - receitas, por categoria econômica e fonte, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada no bimestre, a realizada no exercício e a previsão a realizar;
  - despesas, por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando dotação inicial, dotação para o



# MANUAL SOBRE A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

TÍTULO	MÓDULO	
	XI	
CONTROLE TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	SEÇÃO	PÁGINA
	C-1	2/3

exercício, despesas empenhada e liquidada, no bimestre e no exercício;

- despesas, por função e subfunção;

d) registro destacado dos valores referentes ao refinanciamento da dívida mobiliária nas receitas de operações de crédito e nas despesas com amortização da dívida;

e) quando for o caso, justificativas:

- da limitação de empenho;
- da frustração de receitas, especificando as medidas de combate à sonegação e à evasão fiscal, adotadas e a adotar, e as ações de fiscalização e cobrança.

A publicação desse Relatório deverá se fazer acompanhar de:

- a) relatório de desempenho físico-financeiro;
- b) apuração da receita corrente líquida, sua evolução, assim como a previsão de desempenho até o final do exercício;
- c) receitas e despesas previdenciárias;
- d) resultados nominal e primário;
- e) Restos a Pagar, detalhando, por Poder e Órgão (Executivo, Legislativo, CLDF e TCDF), os valores inscritos, os pagamentos realizados e o montante a pagar.

Especificamente no último bimestre de cada exercício devem acompanhar esse Relatório os seguintes demonstrativos:

- a) da realização de operações de crédito comprovando que o montante não excede ao das despesas de capital;



# MANUAL SOBRE A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

TÍTULO	MÓDULO	
	XI	
	SEÇÃO	PÁGINA
CONTROLE		
TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	C-1	3/3

- b) das projeções atuariais dos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos;
- c) da variação patrimonial, evidenciando a alienação de ativos e a aplicação dos recursos dela decorrentes.

O descumprimento do prazo para publicação do Relatório Resumido sujeita o DF ao não-recebimento de transferências voluntárias e à não-contratação de operações de crédito, exceto as que se destinam ao refinanciamento do principal atualizado da dívida mobiliária.

## Decisão - TCDF nº 1919/2002

(...) II. determinar à Secretaria de Fazenda e Planejamento do DF que: (...) c) exclua as Receitas de Operações de Crédito do cálculo das Receitas Fiscais; (...) f) passe a publicar, juntamente com o Relatório Resumido de Execução Orçamentária, as planilhas que são encaminhadas ao Banco Central e à Secretaria de Tesouro Nacional, para fins de acompanhamento das operações de crédito e endividamento do Distrito Federal; g) publique o Relatório Resumido de Execução Orçamentária, relativo ao terceiro bimestre de 2001, no prazo de 15 dias, no Diário Oficial do Distrito Federal, efetuando, nos próximos demonstrativos, a publicação nesse instrumento de divulgação e também em meio eletrônico; (...) j) apresente os demonstrativos exigidos pela LRF em seu art. 14, quanto aos atos de renúncia praticados no primeiro semestre do presente exercício; k) apresente demonstrativos, por unidade orçamentária, das despesas criadas ou aumentadas no primeiro semestre deste exercício, na forma dos arts. 16 e 17 da LRF, com indicação da natureza e dos respectivos montantes; III. alertar a Secretaria de Fazenda e Planejamento para que este Tribunal não mais considerará publicações relativas à execução orçamentária com dados sujeitos a alterações, a exemplo do ocorrido com o Relatório Resumido de Execução Orçamentária do primeiro bimestre do presente exercício;



# MANUAL SOBRE A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

TÍTULO	MÓDULO	
	XI	
CONTROLE TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL	SEÇÃO	PÁGINA
	C-2	1/8

## RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

Mais uma vez a LRF inova ao exigir a publicação de Relatório de Gestão Fiscal pelos titulares dos Poderes e órgãos, no prazo de até trinta dias após cada quadrimestre, com amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico.

O Relatório do Executivo, a ser assinado pelo Governador, pelas autoridades responsáveis pela administração financeira e pelo controle interno, bem como por outras definidas em ato próprio, deverá conter:

- a) comparativo com os limites de:
  - despesa total com pessoal, distinguindo a com inativos e pensionistas;
  - dívidas consolidadas e mobiliária;
  - concessão de garantias;
  - operações de crédito, inclusive por antecipação de receita;
- b) indicação das medidas corretivas adotadas ou a adotar, se ultrapassado qualquer dos limites
- c) demonstrativos, no último quadrimestre do ano:
  - do montante das disponibilidades de caixa em trinta e um de dezembro;
  - da inscrição em Restos a Pagar, das despesas:
    - liquidadas;
    - empenhadas e não liquidadas, inscritas até o limite do saldo da disponibilidade de caixa;





# MANUAL SOBRE A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

TÍTULO	MÓDULO	
	XI	
CONTROLE TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL	SEÇÃO	PÁGINA
	C-2	2/8

- não inscritas por falta de disponibilidade de caixa, cujos empenhos foram cancelados;
- da liquidação das operações de crédito por antecipação de receita até o dia dez de dezembro;
- da inexistência de operações de crédito por antecipação de receita no último ano de mandato do Governador.

Os Relatórios de Gestão Fiscal da Câmara Legislativa e do Tribunal de Contas do DF deverão conter:

- a) comparativo com os limites de despesa total com pessoal, distinguindo a com inativos e pensionistas;
- b) indicação das medidas corretivas adotadas ou a adotar, se ultrapassado esse limite;
- c) demonstrativos, no último quadrimestre do ano:
  - do montante das disponibilidades de caixa em trinta e um de dezembro;
  - da inscrição em Restos a Pagar, das despesas:
    - liquidadas;
    - empenhadas e não-liquidadas, inscritas até o limite do saldo de caixa;
    - não inscritas por falta de disponibilidade de caixa, cujos empenhos foram cancelados.

A previsão da LRF de inclusão de demonstrativos acerca de operações de crédito por antecipação de receita nos Relatórios dos órgãos do Poder Legislativo é inaplicável, posto que estes não realizam tais transações.



# MANUAL SOBRE A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

TÍTULO	MÓDULO	
	XI	
CONTROLE TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL	SEÇÃO	PÁGINA
	C-2	3/8

O descumprimento do prazo para publicação do Relatório de Gestão Fiscal sujeita o DF ao não-recebimento de transferências voluntárias e à não-contratação de operações de crédito, exceto as destinadas ao refinanciamento do principal atualizado da dívida mobiliária.

## Decisão - TCDF nº 3857/2001

(...) I - aprovar Resolução dispondo sobre os procedimentos operacionais a serem adotados no âmbito interno deste Tribunal, com vistas ao cumprimento da Lei Complementar nº 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal, de acordo com as proposições da Subcomissão encarregada dos estudos, de fls. 8/23, com as adequações devidas, em face da edição da Resolução TCDF nº 127/2001; (fls. 8 a 11, anexos fls. 12 a 23); II - adotar, provisoriamente, o modelo de Relatório de Gestão Fiscal, proposto pela Subcomissão encarregada dos estudos, visto às fls. 7 dos autos, até que modelo definitivo seja elaborado pelo Conselho de Gestão Fiscal previsto nas disposições do art. 67 da LC nº 101/00-LRF.

## Decisão - TCDF nº 4373/2001

(...) c) determinar à Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal que adote providências no sentido de disponibilizar aos interessados, tempestivamente, as informações, inclusive as pertinentes à Receita Corrente Líquida, necessárias à publicação dos Relatórios de Gestão Fiscal dos órgãos do Poder Legislativo distrital; d) solicitar à Câmara Legislativa do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, preste informações sobre a razão por que não computou no Relatório de Gestão Fiscal relativo ao 3º quadrimestre de 2000, para os fins previstos no art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal, os valores referentes Fundo de Assistência à Saúde – FASCAL.



# MANUAL SOBRE A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

TÍTULO	MÓDULO	
	XI	
CONTROLE TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL	SEÇÃO	PÁGINA
	C-2	4/8

## Decisão - TCDF nº 4374/2001

(...) solicitar aos titulares das Secretarias de Comunicação Social e de Fazenda e Planejamento que, considerando as áreas de competências de cada órgão, prestem, em 30 (trinta) dias, os esclarecimentos pertinentes sobre a publicação fora do prazo legal do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo do último quadrimestre de 2000 e a publicação do suplemento ao DODF n.º 19 com data retroativa, devendo encaminhar junto as razões de justificativas que tiver(em) o(s) responsável(is) por esses fatos, que configuram inobservância do disposto no art. 55, § 2º, da Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e infração administrativa contra as leis de finanças públicas, conforme art. 5º da Lei n.º 10.028/2000.

## Decisão - TCDF nº 5928/2001

(...) II - determinar à Câmara Legislativa do Distrito Federal que: a) divulgue os relatórios de gestão fiscal em meio eletrônico de acesso ao público e verifique a possibilidade de publicar os referidos relatórios em outros meios de comunicação, além dos atuais, de forma a possibilitar maior conhecimento e acesso às informações neles contidas, conforme preceitua o § 2º do art. 55 da Lei de Responsabilidade Fiscal; b) discrimine, por mês e ano, as parcelas a serem pagas em decorrência de decisão judicial nas Notas de Lançamento (NL) pertinentes à apropriação de despesas com pessoal; c) exclua as despesas contabilizadas nas rubricas contábeis 3319008 - Outros Benefícios Assistenciais, tais como Auxílio-Natalidade e Auxílio-Creche, e 331901601 - Ajuda de Custo do cômputo das despesas com pessoal;



# MANUAL SOBRE A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

TÍTULO	MÓDULO	
	XI	
CONTROLE TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL	SEÇÃO	PÁGINA
	C-2	5/8

## Decisão - TCDF nº 1074/2002

(...) I) determinar à Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal que: 1) publique o Relatório de Gestão Fiscal em outros meios de comunicação, inclusive eletrônico, de forma a ampliar o acesso e possibilitar maior conhecimento das informações nele contidas, cumprindo o disposto no § 2º do art. 55 da LRF; 2) observe rigorosamente o prazo 30 dias para a publicação do citado relatório, nos termos do § 2º do art. 55 da LRF; 3) contabilize corretamente os valores recebidos a título de despesas de exercícios anteriores relativas às Transferências da União para pagamento de pessoal (inciso XIV, art 21 - CF); 4) exclua, para efeito de cálculo da Receita Corrente Líquida: a) os valores transferidos pela União a título de pagamento de despesas de exercícios anteriores; b) os valores contabilizados no grupo 494 - Dedução da Receita de Vendas e Serviços (impostos e cancelamento de vendas); c) as receitas dos Fundos de Assistência à Saúde dos Servidores da Câmara Legislativa - Fascal, de Saúde da Polícia Militar do Distrito Federal e de Saúde do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, que sejam oriundas das contribuições dos servidores para o custeio da própria assistência social, consoante alínea "c", inciso IV, artigo 2º, da LRF;

## Decisão - TCDF nº 3329/2003

(...) III – determinar à Secretaria de Fazenda do Distrito Federal que: (...) b) nas próximas publicações do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo, detalhe os precatórios emitidos a partir de 05.05.00 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos;

## Decisão - TCDF nº 6195/2003

(...) II - considerar as publicações dos Relatórios de Gestão Fiscal do Poder Executivo do Distrito Federal relativo ao primeiro quadrimestre de 2003 em conformidade, parcial, com o disposto nos arts. 54 e 55 da LRF, em razão das ressalvas apontadas no referido voto; III - determinar a Secretaria de Fazenda que, nas próximas publicações do RGF: a - promova a apuração dos gastos com inativos, considerando outras despesas relativas ao pessoal fora de atividade, classificadas na função "09 – Previdência"; b - restrinja as deduções à Receita Corrente Líquida relativas às receitas dos Fundos de Assistência à Saúde da Câmara Legislativa – FASCAL, de Saúde da Polícia Militar do DF e de Saúde do Corpo de Bombeiros Militar do DF, aos valores oriundos das contribuições dos servidores para o custeio da própria assistência social, conforme item 4.c da Decisão nº 1.074/02 deste Tribunal; c - inclua, nos próximos relatórios, demonstrativo referente a concessão de garantias, previsto no art. 55, inciso I, item "c", da LRF, ou indique, por meio de nota explicativa, a ausência de operações dessa natureza no DF;



# MANUAL SOBRE A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

TÍTULO	MÓDULO	
	XI	
CONTROLE TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL	SEÇÃO	PÁGINA
	C-2	6/8

## Decisão - TCDF nº 3764/2004

II - tomar conhecimento, ainda, do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo do Distrito Federal relativo ao primeiro quadrimestre de 2004, considerando-o parcialmente em conformidade com as disposições ínsitas nos artigos 54 e 55 da Lei de Responsabilidade Fiscal, dadas as ressalvas apontadas na Instrução, concernentes: a) ao valor das despesas com pessoal não incorpora os gastos com a terceirização de mão-de-obra; b) ao valor da dívida consolidada não inclui as despesas que deveriam constar como restos a pagar de 2003, mas foram reconhecidas como despesas de exercícios anteriores em 2004; c) à ausência de controle dos precatórios, dificultando a manifestação do controle externo quanto à regularidade dos saldos pendentes de pagamento;

## Decisão - TCDF nº 566/2005

(...) II) considerar o Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo distrital relativo ao segundo quadrimestre de 2004 parcialmente em conformidade com as disposições constantes dos artigos 54 e 55 da Lei de Responsabilidade Fiscal, dadas as seguintes ressalvas: a) não contabilização de toda a despesa pertinente à terceirização de mão-de-obra, em substituição de servidores; b) gastos registrados como Despesas de Exercícios Anteriores, os quais deveriam ter sido empenhados, liquidados e pagos, ou pelo menos inscritos em restos a pagar nos exercícios a que se referiam; c) ausência de registro dos precatórios emitidos a partir de 05.05.2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que foram incluídos; III) dar ciência desta decisão à Secretaria de Estado de Fazenda, determinando-lhe que: a) adote providências para corrigir as falhas detectadas nos autos, comunicando ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, as medidas adotadas; b) em virtude de as atividades inerentes ao Controle Interno do Distrito Federal estarem a cargo da Corregedoria-Geral do Distrito Federal, promova as providências cabíveis para que conste do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo a assinatura do titular daquele órgão, ante o disposto no parágrafo único do artigo 54 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

## Decisão - TCDF nº 2565/2005

I) considerar a publicação do Relatório de Gestão Fiscal da Câmara Legislativa do Distrito Federal relativa ao 3º quadrimestre de 2004 em conformidade com o disposto nos artigos 54 e 55 da Lei de Responsabilidade Fiscal; III) expedir orientação à Câmara Legislativa do Distrito Federal no sentido de que, ao efetuar os registros contábeis referentes ao FASCAL, observe o princípio da anualidade do orçamento e a competência da despesa;



# MANUAL SOBRE A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

TÍTULO	MÓDULO	
	XI	
CONTROLE TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL	SEÇÃO	PÁGINA
	C-2	7/8

## Decisão - TCDF nº 2996/2005

(...) II - considerar que os limites de gastos com pessoal e de operações de crédito foram cumpridos, assim como os de endividamento, dadas as largas margens de que dispõe o Poder Executivo distrital; III - considerar, ainda, que o conteúdo do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo do Distrito Federal, relativo ao 3º quadrimestre de 2004, atende parcialmente ao que dispõe o art. 55 da Lei de Responsabilidade Fiscal, pelos seguintes motivos: a) o demonstrativo de gastos com pessoal não contempla o valor integral dos contratos de terceirização de mão-de-obra referentes à substituição de servidores públicos; b) o demonstrativo da dívida consolidada não detalha os precatórios emitidos a partir de 05.05.2000, pendentes de pagamento; c) os valores registrados em restos a pagar não refletem a real situação dessas obrigações; IV - determinar à Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal que inclua, nos próximos demonstrativos da Dívida Consolidada Líquida, o valor integral dos precatórios emitidos a partir de 05.05.2000, pendentes de pagamento;

## Decisão - TCDF nº 3371/2005

(...) II - considerar que o conteúdo do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo do Distrito Federal, relativo ao 1º quadrimestre de 2005, atende parcialmente ao que dispõe o art. 55 da Lei de Responsabilidade Fiscal, pelos seguintes motivos: a) o demonstrativo de gastos com pessoal não contempla o valor integral dos contratos de terceirização de mão-de-obra referentes à substituição de servidores públicos; b) o demonstrativo da dívida consolidada não detalha os precatórios emitidos a partir de 5.5.2000 pendentes de pagamento; c) os valores registrados em restos a pagar não refletem a real situação dessas obrigações; III - nada obstante, tendo em conta as largas margens de que dispõe o Poder Executivo distrital, considerar que os limites de gastos com pessoal, de operações de crédito e de endividamento foram cumpridos.



# MANUAL SOBRE A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

TÍTULO	MÓDULO	
	XI	
CONTROLE TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL	SEÇÃO	PÁGINA
	C-2	8/8

## Decisão - TCDF nº 5707/2005

(...) II - considerar que o conteúdo do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo do Distrito Federal relativo ao 2º quadrimestre de 2005 atende parcialmente ao que dispõe o art. 55 da Lei de Responsabilidade Fiscal, pelos seguintes motivos: a) o demonstrativo de gastos com pessoal não contempla o valor integral dos contratos de terceirização de mão-de-obra referentes à substituição de servidores públicos; b) os valores registrados em restos a pagar não refletem a real situação dessas obrigações; III - nada obstante, tendo em conta as largas margens de que dispõe o Poder Executivo distrital, considerar que os limites de gastos com pessoal, de operações de crédito e de endividamento foram cumpridos.

## Decisão - TCDF nº 1775/2006

(...) II - considerar que o conteúdo do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo do Distrito Federal, relativo ao 3º quadrimestre de 2005, atende parcialmente ao que dispõe o art. 55 da Lei de Responsabilidade Fiscal, pelos seguintes motivos: a) o demonstrativo de gastos com pessoal não contempla o valor integral dos contratos de terceirização de mão-de-obra referentes à substituição de servidores públicos; b) os valores registrados em restos a pagar não refletem a real situação dessas obrigações; III - nada obstante, tendo em conta as largas margens de que dispõe o Poder Executivo distrital, considerar que os limites de gastos com pessoal, de operações de crédito e de endividamento foram cumpridos.



# MANUAL SOBRE A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

TÍTULO	MÓDULO	
	XI	
CONTROLE TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL PADRONIZAÇÃO DE RELATÓRIOS	SEÇÃO	PÁGINA
	C-3	1/1

## PADRONIZAÇÃO DE RELATÓRIOS

O § 4º do art. 55 da LRF exige que o Relatório de Gestão Fiscal seja padronizado, segundo modelos que poderão ser atualizados pelo Conselho de Gestão Fiscal. Todavia, referido Conselho ainda não foi implantado até o momento.

Diante dessa lacuna, a Secretaria do Tesouro Nacional – STN tem editado manuais, atualizados periodicamente, de elaboração de Relatórios de Gestão Fiscal e Resumos da Execução Orçamentária, além de outros temas afetos à Lei de Responsabilidade Fiscal, os quais, todavia, embora sejam de inegável validade como referencial para as unidades da Federação, não são de adoção compulsória, uma vez que a STN não detém a competência para fixação desses padrões.





# MANUAL SOBRE A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

TÍTULO	MÓDULO	
	XI	
	SEÇÃO	PÁGINA
CONTROLE		
TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL		
PRESTAÇÃO DE CONTAS	C-4	1/1

## PRESTAÇÃO DE CONTAS (ARTS. 56 A 58)

As contas a serem prestadas a partir da LRF deverão conter, além dos elementos previstos na Lei Orgânica local e legislação correlata:

- a) desempenho da arrecadação em relação à previsão, destacando as providências adotadas no âmbito da fiscalização das receitas e combate à sonegação;
- b) ações de recuperação de créditos nas instâncias administrativa e judicial;
- c) demais medidas para incremento das receitas tributárias e de contribuições.

Além de exigir a transparência dos planos de governo e respectiva execução, a Lei ocupou-se também da ampla divulgação dos resultados da apreciação das contas julgadas ou tomadas.

Este Tribunal já vem aplicando procedimento similar às contas anuais do Chefe do Executivo, por meio da divulgação de conteúdo integral do respectivo Relatório na *Internet* e distribuição de aproximadamente oitocentos volumes desse documento a diversas instituições nacionais e internacionais.



# MANUAL SOBRE A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

TÍTULO	MÓDULO	
	XI	
CONTROLE TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL EMISSION DE PARECER PRÉVIO POR PODER E ÓRGÃO	SEÇÃO	PÁGINA
	C-5	1/2

## EMISSION DE PARECER PRÉVIO POR PODER E ÓRGÃO

O prazo de sessenta dias fixado pela LRF para que o Tribunal de Contas emita parecer prévio conclusivo sobre as Contas do Executivo coincide com o previsto no inciso I do art. 78 da Lei Orgânica local.

Segundo as disposições do art. 71, combinado com o art. 75, da Carta Magna pátria, são competências dos Tribunais de Contas, entre outras:

- a) apreciar as contas prestadas anualmente pelo Chefe do Executivo, mediante parecer prévio, que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento;
- b) julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.

Consoante o inciso IX do art. 49 da Constituição, o julgamento das contas prestadas pelo Executivo compete exclusivamente ao Poder Legislativo.

Entretanto, esta Lei mais uma vez inova ao exigir que as contas prestadas pelo Chefe do Poder Executivo incluam as dos Presidentes dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Chefe do Ministério Público, as quais deverão receber parecer prévio, separadamente, do Tribunal de Contas.

Por meio da Decisão nº 2946/01, este Tribunal autorizou provisoriamente, até que haja posicionamento definitivo do Supremo Tribunal Federal a respeito da ADIn nº 2324-1, a emissão do parecer prévio sobre as Contas



# MANUAL SOBRE A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

TÍTULO	MÓDULO	
	XI	
CONTROLE TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL EMISSION DE PARECER PRÉVIO POR PODER E ÓRGÃO	SEÇÃO	PÁGINA
	C-5	2/2

apresentadas pelo Chefe do Executivo em um único documento, o qual deverá abranger, de forma destacada, a gestão fiscal da Câmara Legislativa, para os efeitos dos arts. 56 a 58 da mencionada Lei Complementar. Ainda, firmou o entendimento de que o parecer prévio sobre a gestão fiscal, para os efeitos das disposições legais citadas, não envolverá exame da responsabilidade dos administradores, ordenadores de despesa e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos, os quais continuarão com as respectivas contas julgadas pelo Tribunal, nos termos do seu Regimento Interno.

## Decisão - TCDF nº 2946/2001

(...) II – autorizar provisoriamente, até que haja posicionamento definitivo do Supremo Tribunal Federal a respeito da ADIn nº 2324-1, a emissão do parecer prévio sobre as Contas apresentadas pelo Chefe do Executivo em um único documento, o qual deverá abranger, de forma destacada, a gestão fiscal da Câmara Legislativa, para os efeitos dos artigos 56 a 58 da mencionada Lei Complementar; III – firmar o entendimento de que o parecer prévio sobre a gestão fiscal, para os efeitos das disposições legais citadas, não envolverá exame da responsabilidade dos administradores, ordenadores de despesa e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos, os quais continuarão com as respectivas contas julgadas pelo Tribunal, nos termos do seu Regimento Interno.



# MANUAL SOBRE A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

TÍTULO	MÓDULO	
	XI	
	SEÇÃO	PÁGINA
CONTROLE		
TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL		
PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS	C-6	1/1

## PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

O § 2º do art. 56 da LRF fixou o prazo de sessenta dias para que comissão da Câmara Legislativa emita parecer sobre as contas do Tribunal de Contas.

A exigência de prestação de contas desta Corte à Câmara Legislativa está prevista no art. 81 da Lei Orgânica local, e a competência da Câmara para apreciá-las e julgá-las, no inciso XXIX do art. 60.



# MANUAL SOBRE A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

TÍTULO	MÓDULO	
	XI	
	SEÇÃO	PÁGINA
CONTROLE		
TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL		
FISCALIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL	C-7	1/2

## FISCALIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL (ART. 59)

A Fiscalização da Gestão Fiscal, segundo o art. 59 da LRF, compete ao Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio do Tribunal de Contas, e ao sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público, com ênfase no que se refere a:

- a) atingimento de metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- b) limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em Restos a Pagar;
- c) medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite;
- d) providências tomadas para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites;
- e) destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e da LRF.



# MANUAL SOBRE A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

TÍTULO	MÓDULO	
	XI	
	SEÇÃO	PÁGINA
CONTROLE		
TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL		
FISCALIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL	C-7	2/2

## Decisão - TCDF nº 3010/2002

(...) II) considerando a divergência, no que pertine ao atingimento das Metas Fiscais, para o exercício de 2002, verificada na comparação de diferentes publicações: Anexo de Metas Fiscais da Lei nº 2.766/2001, Lei de Diretrizes Orçamentárias (valores correntes); Lei nº 2.867/2002, Lei Orçamentária Anual; Decreto nº 22.717/2002, que contém a Programação Financeira (total) e Demonstrativo Consolidado da Receita e da Execução da Despesa – Portaria nº 110, de 27.2.2002 (previsão para o exercício), determinar que a Secretaria de Fazenda e Planejamento apresente, em 15 (quinze) dias: a) as razões da inconsistência entre os valores de Receita e Despesa observada no confronto das referidas publicações, incluindo a memória de cálculo que definiu os montantes para 2002; b) as regras gerais previstas no art. 63 da LDO/2002, indicando, inclusive, as metas bimestrais de resultado primário e nominal condizentes com os montantes estipulados no Anexo de Metas Fiscais, as quais servirão de parâmetro para o acompanhamento do disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000. associado ao art. 60 da LDO/2002:



# MANUAL SOBRE A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

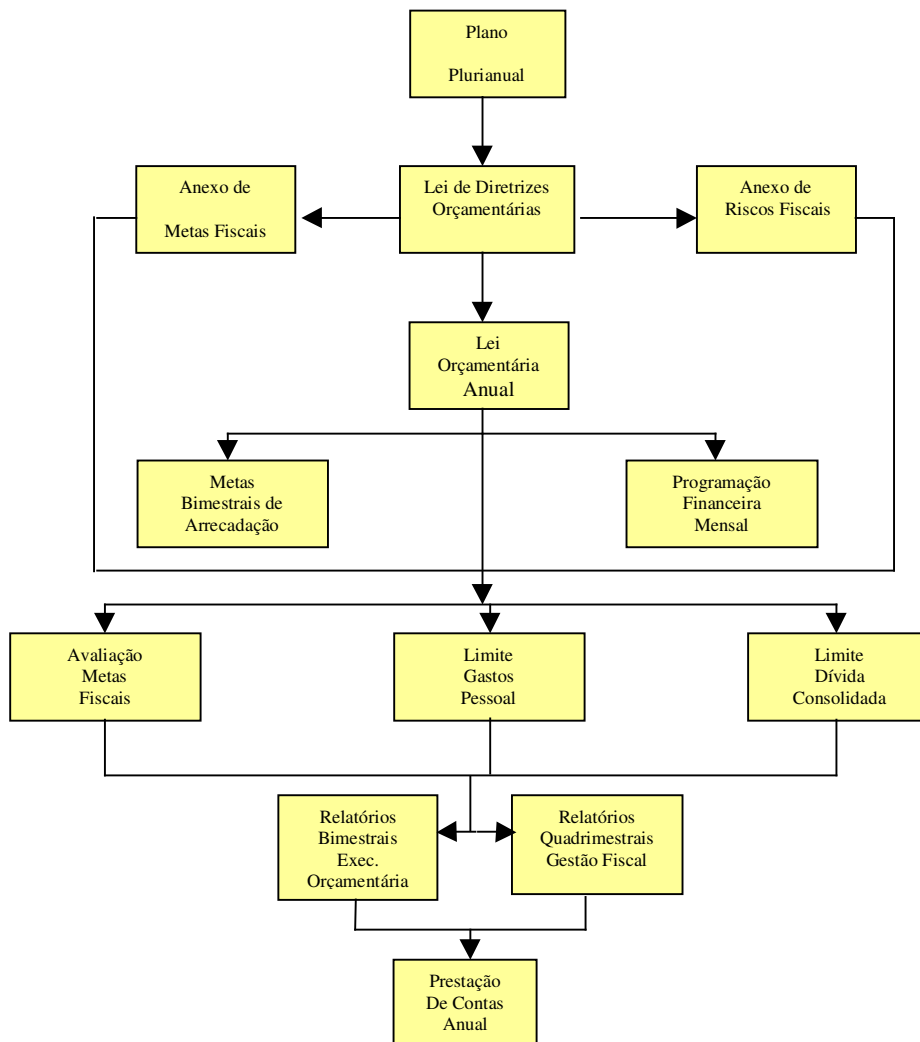
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

TÍTULO	MÓDULO	
	XI	
CONTROLE TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL O PAPEL DO TCDF EM FACE DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL	SEÇÃO	PÁGINA
	C-8	1/2

## O PAPEL DO TCDF EM FACE DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

### Atuação do Tribunal de Contas

A LRF trouxe nova configuração aos sistemas de planejamento, orçamento, contabilidade e administração financeira, como evidencia a ilustração seguinte.





# MANUAL SOBRE A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

TÍTULO	MÓDULO	
	XI	
	SEÇÃO	PÁGINA
CONTROLE		
TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL		
O PAPEL DO TCDF EM FACE DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL	C-8	2/2

Assim, a atuação do Tribunal de Contas permeia praticamente todos os dispositivos da Lei. A leitura harmônica dos dispositivos do texto da Lei de Responsabilidade Fiscal, da Constituição Federal, da Lei Orgânica local e da Lei Orgânica desta Corte de Contas, no que pertine às competências institucionais deste Tribunal, permite concluir que o controle a ser exercido pelo TCDF permeia todo o conteúdo da LC 101/00.

Portanto, embora o art. 59 da LRF permita ao Poder Legislativo fiscalizar diretamente a gestão fiscal, não exclui a atuação do Tribunal de Contas desse campo.

## O Dever de Alerta pelos Tribunais de Contas

Constitui mais uma novidade da LRF e reforça o exercício do controle concomitante praticado pelo TCDF, ao exigir a formalização de ato administrativo alertando o Poder Executivo, a Câmara Legislativa e o próprio Tribunal, quando constatar:

- a) possibilidade de ocorrência de situações de limitação de empenho;
- b) extrapolação do percentual de noventa por cento dos limites da despesa total com pessoal, das dívidas consolidada e mobiliária, das operações de crédito e da concessão de garantia;
- c) extrapolação do limite de gastos com inativos e pensionistas (suspense pelo STF);
- d) fatos que comprometam os custos ou os resultados dos programas;
- e) indícios de irregularidade na gestão orçamentária.





# MANUAL SOBRE A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

TÍTULO	MÓDULO	
	XI	
CONTROLE TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL EXAME DOS LIMITES DE GASTOS COM PESSOAL	SEÇÃO	PÁGINA
	C-9	1/1

## EXAME DOS LIMITES DE GASTOS COM PESSOAL

Segundo a LRF, compete ao Tribunal de Contas a verificação dos cálculos dos limites da despesa total com pessoal, o que é realizado quadrimestralmente, por ocasião do exame dos relatórios periódicos acerca da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.